



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.276, DE 2008

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para acrescentar parágrafo único ao art. 50, a fim de prever o fornecimento, ao órgão responsável pela fiscalização das contribuições previdenciárias, da relação de permissões e licenças concedidas, pelo Município ou Distrito Federal, a trabalhadores por conta própria para que possam exercer atividade remunerada em áreas de propriedade pública.

Autor: Deputado RODOVALHO.

Relatora: Deputada ANDREIA ZITO.

I - RELATÓRIO

Apresentado pelo ilustre Deputado Rodovalho, o Projeto de Lei nº 4.276, de 2008, **tem como finalidade essencial obter, em matéria de natureza previdenciária, a colaboração dos Municípios e do Distrito Federal para com o órgão responsável pela fiscalização das contribuições previdenciárias**, visando aprimorar a sistemática de arrecadação dessas contribuições. Para concretização dessa providência, a proposição defende que os Municípios e o Distrito Federal forneçam relações que discriminem os respectivos permissionários e autorizatórios de serviços públicos locais.

A **Justificação** da proposição apresenta as seguintes considerações:



O Projeto de Lei que hora apresentamos acrescenta parágrafo único ao art. 50 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para prever o fornecimento, ao órgão responsável pela fiscalização das contribuições destinadas à seguridade social, da relação de licenças ou permissões concedidas, pelo Município, a profissionais por conta própria para que possam exercer suas atividades em áreas de propriedade pública.

A proposição busca uma forma viável de atuação conjunta do Município e do Distrito Federal e do órgão da administração pública responsável pela fiscalização das contribuições sociais devidas à seguridade social, mediante o acesso à identificação e ao controle das respectivas obrigações fiscais dos trabalhadores que obtiveram das prefeituras licenças para funcionamento em feiras livres, estacionamentos, etc.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 4.276, de 2008.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Em acordo com o disposto no art. 32, inciso XVII, alínea “p” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe agora a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da proposição em exame.

Como registrado anteriormente, o objetivo essencial do Projeto da Lei nº 4.276, de 2008, **reside no aprimoramento da fiscalização e da arrecadação de contribuições previdenciárias, devidas por permissionários e autorizatórios de serviços públicos municipais e do Distrito Federal.**

O art. 195, inciso II, da Constituição Federal deixa patente que o financiamento solidário da seguridade social exige a contribuição social do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, **incluindo, dessa forma, a contribuição social dos prestadores de serviços públicos individuais, que atuam como permissionários e autorizatórios de serviços locais, como motoristas de táxi, agentes funerários, feirantes, etc.**



Assim, em face do permanente déficit enfrentado pela previdência social, além da evasão fiscal, o aprimoramento da fiscalização e da arrecadação de contribuições sociais figura como prioritário, **tendo em vista a necessidade de recursos para oferecimento de programas qualitativos de seguridade social que atendam às demandas da sociedade brasileira.**

Vale registrar que o **caput** do art. 50 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, já contempla providência semelhante relacionada com o fornecimento da relação de alvarás para construção civil e documentos de *habite-se* para fins de fiscalização do INSS.

Dessa forma, por todo o exposto, manifestam-nos **pela aprovação** do Projeto de Lei 4.276, de 2008, com respaldo no art. 129, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputada ANDREIA ZITO
Relatora